

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Relações Bilaterais

Evolução no relacionamento bilateral Portugal-Indonésia

Ana Gomes . Deputada ao Parlamento Europeu

Introdução

Quando deixei o cargo de embaixadora de Portugal em Jacarta, em Fevereiro de 2003, a situação era muito diferente de quando cheguei quatro anos antes.

A retomada de contactos bilaterais entre os dois países iniciara-se com a abertura de Secções de Interesses em embaixadas de países terceiros em 30 de Janeiro de 1999, porque não tinham relações diplomáticas devido ao diferendo sobre Timor-Leste. Na sequência do Acordo de 5 de Maio e da “consulta popular” de 30 de Agosto, o parlamento indonésio decretou a anulação da anexação de Timor-Leste (20 de Outubro de 1999).

Em 28 de Dezembro de 1999, menos de um ano depois da abertura das Secções de Interesse, as relações diplomáticas entre Portugal e a Indonésia eram restabelecidas (e pouco depois Portugal retomava posse e iniciava obras de recuperação na sua antiga residência de Jacarta, onde hoje está instalada a Embaixada).

1. Um factor decisivo para esse fulgurante progresso foi dado pela perspectiva da presidência portuguesa da UE, a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2000. A Indonésia, apesar de ainda muito traumatizada pela «perda» de Timor-Leste, não queria de modo nenhum perturbar mais o relacionamento com a UE, de quem precisava para respaldar o seu próprio processo de transição democrática.

A actuação de Portugal na Indonésia mudou substancialmente a partir do restabelecimento de relações diplomáticas. Timor-Leste continuou a dominar o diálogo político luso-indonésio, mas uma nova dimensão passou a ter preponderância no trabalho diplomático em Jacarta: recuperar a confiança, dinamizando o relacionamento bilateral em todos os campos. Isso só foi possível porque a presença em Jacarta durante o ano de 1999 fora aproveitada para vincar junto dos responsáveis políticos e dos «media» indonésios a noção de que, ao batalhar pelos interesses de Timor, nada movia Portugal contra a nação indonésia – a luta era contra o regime que oprimindo Timor-Leste, oprimira também o povo indonésio: no contexto europeu, ninguém melhor que o Portugal de Abril poderia compreender as vicissitudes do processo de transição democrática que a Indonésia vivia.

2. No plano político, Timor-Leste passou rapidamente de tema contencioso a funcionar como factor de aproximação, por ser de interesse comum (e de facto trilateral) impulsionar uma nova dinâmica de entendimento entre Jacarta e Díli e integrar Díli nas instituições regionais, como a ASEAN: ninguém como Portugal para explicar a transição convulsiva da Indonésia aos timorenses (na altura sem representação em Jacarta), incentivar as autoridades indonésias a ultrapassarem o lobby interno anti-timorense e facilitarem a vida a Timor-Leste sob administração da UNTAET, e ainda pressionar as agências da ONU e Banco Mundial a fazer o que deviam.

No centro de tudo, como condição essencial, estava conseguir o repatriamento dos refugiados timorenses, pela ameaça permanente e crescente colocada ao relacionamento Jacarta-Díli. A acção de Portugal, discreta, persistente e accionando mecanismos multilaterais, foi relevante para o sucesso neste campo (dos mais de 250.000 refugiados 28.000 ficaram na Indonésia).

3. O novo interesse partilhado relativamente a Timor-Leste, aliado à projecção inerente à presidência da UE, facultou à diplomacia portuguesa extraordinário acesso junto dos mais altos responsáveis políticos e militares indonésios (com especial destaque para os actuais Presidente, Vice-Presidente e MNE da República Indonésia) e uma excepcional visibilidade e acolhimento junto dos meios académicos e jornalísticos. Isso contribuiu decisivamente para mudar a atitude geral de desconfiança em relação a Portugal, continuamente instigada pelo lobby anti-timorense, e promover oportunidades para o relançamento das relações luso-indonésias. Muito significativo foi o facto de Portugal passar a ser escutado nas consultas com europeus explorando vias de solução para o conflito do Aceh. Todas as portas passaram a estar abertas para Portugal. Quisesse e soubesse Portugal aproveitar.

4. No plano político, as visitas de responsáveis portugueses (a de mais alto a nível foi a do MNE Jaime Gama), apesar de muito apreciadas de ambos os lados e politicamente importantes, revelaram-se inconsequentes em termos de acções concretas de cooperação ou dinamização do relacionamento económico, cultural ou outro. O mesmo se pode dizer do seguimento da visita do MNE Hassan Wirajuda a Portugal em 2004. Insuficientemente aproveitada foi também a visita a Portugal do ex-MNE e Conselheiro Presidencial Ali Alatas, de insuperável simbolismo da viragem operada.

5. No entanto, a projecção cultural de Portugal na Indonésia fez-se sentir com grande dinamismo logo a partir de 2000, ano em que se iniciou um curso de português para timorenses e indonésios na Embaixada. Igualmente se realizaram logo nesse ano diversas iniciativas de entidades privadas (como o CEPESA – Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático), apoiadas logisticamente pela Embaixada (e financiadas em parte pela Fundação Oriente – impossível contar com os parcos fundos do Instituto Camões).

Mas decisivo, sustentado e substancial foi (e continua a ser) o investimento da Fundação Gulbenkian, que permitiu apoiar a abertura de cursos de português na Universidade Católica, realizar ciclos de cinema português, apoiar grupos culturais locais mantendo tradições portuguesas e organizar a importante exposição “Artes Decorativas Portuguesas”, do mesmo passo recuperando o Museu Têxtil de Jacarta; e daí partir para a recuperação do extraordinário Castelo da Água no Palácio de Jiogyakarta, centro civilizacional javanês.

Todo este esforço cultural consubstanciou uma aposta política consciente, pela projecção positiva de Portugal na Indonésia que poderia proporcionar e pela recuperação de património histórico bilateral que seria benéfico para o entendimento bilateral. Aposta inteiramente conseguida.

6. Infelizmente, não há Gulbenkian, nem equivalente, para apoiar o trabalho diplomático no campo económico. E isso reflecte-se nos resultados.

Apesar de logo em Maio de 2000, por insistência da Embaixada, dois técnicos do ICEP se terem deslocado a Jacarta para estudar as possibilidades de dinamização do relacionamento económico entre os dois países e terem produzido um excelente relatório, nunca se encontrou um só empresário que tivesse dele conhecimento!

Todos os insistentes pedidos da Embaixada para que Jacarta merecesse a colocação de uma Antena do ICEP (com possibilidade de cobrir também Singapura e a Malásia) foram ignorados (a Austrália e as Filipinas foram os destinos). As iniciativas de promoção comercial que a Embaixada porfiou em organizar revelaram-se desesperantes experiências, apesar de total receptividade indonésia e abundância de patrocinadores locais, sobretudo por falta de interesse e apoio adequado do ICEP e insignificância do MNE neste domínio.

Poucas foram as empresas portuguesas a afoitar-se no mercado indonésio – e todas elas a Embaixada avidamente apoiou e encorajou. O ataque terrorista em Bali em Outubro de 2002 dissuadiu alguns importantes contactos empresariais em preparação.

Hoje a Embaixada portuguesa tem um funcionário localmente contratado para promover o relacionamento económico. Boa parte das trocas comerciais (ainda a níveis muito baixos) verificadas deve-se à acção prosseguida pela Embaixada Indonésia em Portugal.

A experiência recomendaria o envolvimento directo das associações empresariais portuguesas em cooperação com as duas embaixadas, com vista a uma mais vigorosa, sustentada e direccionada promoção das relações económicas e comerciais.

7. A falta de sustentação económica explica a superficialidade do relacionamento político actual e a quebra da visibilidade no plano cultural. Perdeu-se o élan dos primeiros anos após o restabelecimento das relações diplomáticas. Em boa parte, por responsabilidade de Lisboa, durante o consulado de Durão Barroso (por acção ou inacção da direcção política do MNE ao tempo do Ministro Martins da Cruz). Assim se devem compreender inexplicáveis afastamentos de pessoal especializado da Embaixada em Jacarta, com graves prejuízos para a continuidade da acção no plano cultural e económico.

Outra grave baixa foi a eliminação do Adido de Defesa da Embaixada – não apenas pela importantíssima dimensão política que o contacto a nível militar continua a ter em Jacarta (com repercussões para o acompanhamento das relações indonésio-timorenses), como pelas possibilidades a explorar no domínio da cooperação militar, até de possível interesse para as indústrias nacionais de defesa.

8. A falta de entendimento por parte de Portugal da importância e das vantagens de cultivar e desenvolver relações com a Indonésia – o maior país muçulmano do mundo, com mais de 211 milhões de habitantes, vastíssimos recursos naturais, uma economia a recuperar aceleradamente, uma especial história de relacionamento com Portugal e a potência incontornável para Timor-Leste – está demonstrada na acabrunhante ausência de portugueses na Missão Europeia de Acompanhamento do Processo de Paz no Aceh, desbaratando inclusive o conhecimento do terreno alcançado pelas ONGs portuguesas presentes no apoio às populações afectadas pelo tsunami.

Conclusão

Na era da globalização e do terrorismo internacional, com a história do relacionamento bilateral entre os dois países, as portas indonésias já escancaradas a Portugal e o enquadramento europeu, o desinteresse pela Indonésia no plano político e empresarial revelará incapacidade e tacahez nacionais. O mais difícil é aceitar que implica também progressiva marginalização em relação a Timor-Leste.